

1 **ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**
 2 **PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO AMAPÁ – CEP/AP – ANO DE 2019 – BIÊNIO DE 2019-**
 3 **2021.**

4
 5 Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, no Plenário do
 6 Conselho Estadual de Previdência do Estado do Amapá – CEP/AP, sito à Rua Binga
 7 Uchôa, número dez, Centro, Macapá-AP, às quinze horas e quarenta minutos, teve início
 8 a Sétima Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Previdência do Estado do
 9 Amapá, presidida pelo Senhor **RUBENS BELNIMEQUE DE SOUZA**, que cumprimentou
 10 os Conselheiros e os demais presentes. Em seguida, apresentou o **ITEM - 1 - EDITAL**
 11 **DE CONVOCAÇÃO:** número dezessete de dois mil e dezenove, o qual convoca os
 12 membros do Conselho Estadual de Previdência do Estado do Amapá, Diretoria Executiva,
 13 Gerente Administrativo, Procurador Jurídico, Ouvidora e Auditora Interna da AMPREV,
 14 para fazerem-se presentes nesta reunião. **ITEM - 2 - VERIFICAÇÃO DE QUORUM:**
 15 **SUELEM AMORAS TÁVORA FURTADO**, presente, **CARLOS LUIZ PEREIRA**
 16 **MARQUES**, presente; **MERYAN GOMES FLEXA**, presente; **MÁRIO GURTYEV DE**
 17 **QUEIROZ**, presente; **JORYOSVALDO QUEIROZ OEIRAS**, presente; **CARLA**
 18 **FERREIRA CHAGAS**, presente; **HORÁCIO LUÍS BEZERRA COUTINHO**, presente;
 19 **MAURO FERNANDO PARENTE DE OLIVEIRA**, presente; **EDILSON PEREIRA**
 20 **MARQUES**, presente; **HELIELSON DO AMARAL MACHADO**, presente; **MICHERLON**
 21 **MENDONÇA DOS SANTOS**, presente; **JOSÉ CASEMIRO DE SOUZA NETO**, presente;
 22 **LINDOVAL QUEIROZ ALCÂNTARA**, presente; **PAULO DE SANTANA VAZ**, presente;
 23 **WILLIAM TAVARES DA SILVA**, presente. **ITEM - 3 - JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA:**

24 Não houve. O Presidente registrou a presença do Secretário de Estado do Planejamento
 25 do Amapá, Eduardo Corrêa Tavares, Secretário de Estado da Fazenda, Josenildo Santos
 26 Abrantes, Subprocurador-Geral Adjunto do Estado do Amapá, Diego Bonilla Aguiar do
 27 Nascimento e Secretário de Saúde, João Bittencourt da Silva. **ITEM - 4 - INFORMAÇÕES**
 28 **CONCERNENTES AOS REPASSES E PARCELAMENTOS DA DÍVIDA**
 29 **PREVIDENCIÁRIA (PODER EXECUTIVO, PODER JUDICIÁRIO, PODER**
 30 **LEGISLATIVO, MINISTÉRIO PÚBLICO E TRIBUNAL DE CONTAS):** O Presidente
 31 passou a palavra ao Diretor Financeiro e Atuarial, **Diego da Silva Campos**, o qual
 32 apresentou o histórico dos repasses e parcelamentos da dívida previdenciária,
 33 ressaltando que usou o mês de setembro (2019) como referência, para que todos tenham
 34 uma noção de como está a receita da AMPREV. Receita do mês de setembro de 2019,
 35 em torno de R\$ 39.594.830,44, dividido em: R\$ 493.511,50 (1%) Assembleia Legislativa,
 36 R\$ 3.171.548,90 (8%) Tribunal de Justiça, R\$ 546.608,42 (1%) Tribunal de Contas, R\$
 37 2.430.170,06 (6%) Ministério Público, R\$ 25.990.407,27 (66%) Poder Executivo e R\$
 38 6.962.584,29 (18%) Militares, essa é a receita lançada. Apresentou ainda, o comparativo
 39 da receita e arrecadação total e por Poder de janeiro a setembro de 2019. **Total:** Receita
 40 R\$ 342.078.359,41; Arrecadação R\$ 107.133.102,54; Saldo devedor R\$ 234.945.256,87;
 41 recebido 31%. **Receita e Arrecadação Total Patronal e Segurado:** Receita Patronal R\$
 42 177.951.503,46, Arrecadação Patronal R\$ 59.114.481,80, recebido 33%; Receita
 43 Segurado R\$ 164.126.855,95, Arrecadação Segurado R\$ 48.018.620,74, recebido 29%.
 44 **Receita e Arrecadação da Assembleia Legislativa:** Total: Receita R\$ 4.480.861,47,
 45 Arrecadação R\$ 3.511.960,91, Saldo devedor R\$ 968.900,56, recebido 78%. **Receita e**
 46 **Arrecadação da Assembleia Legislativa Patronal e Segurado:** Receita Patronal R\$
 47 2.337.840,50, Arrecadação Patronal R\$ 1.843.111,62, recebido patronal 79%. Receita
 48 Segurado R\$ 2.143.020,97, Arrecadação Segurado R\$ 1.668.849,29, recebido segurado
 49 78%. **Receita e Arrecadação do Tribunal de Justiça:** Total: Receita R\$ 27.964.262,49,
 50 Arrecadação R\$ 23.926.743,71, Saldo devedor R\$ 4.037.518,78, recebido 86%. **Receita**
 51 **e Arrecadação do Tribunal de Justiça Patronal e Segurado:** Receita Patronal R\$
 52 14.283.692,59, Arrecadação Patronal R\$ 11.800.260,82, recebido patronal 83%; Receita

Assinatura

Assinatura

Assinaturas

53 Segurado R\$ 13.680.569,90, Arrecadação Segurado R\$ 12.126.482,89, recebido
54 segurado 89%. Receita e Arrecadação do Tribunal de Contas: Total: Receita R\$
55 4.597.813,56, Arrecadação R\$ 3.389.649,62, Saldo devedor R\$ 1.208.163,94, recebido
56 74%. Receita e Arrecadação do Tribunal de Contas Patronal e Segurado: Receita
57 Patronal R\$ 2.373.518,34, Arrecadação Patronal R\$ 1.678.665,16, recebido patronal
58 71%. Receita Segurado R\$ 2.224.295,22, Arrecadação Segurado R\$ 1.710.984,46,
59 recebido segurado 77%. Receita e Arrecadação do Ministério Público: Total: Receita R\$
60 11.091.651,56, Arrecadação R\$ 8.662.487,89, Saldo devedor R\$ 2.429.163,67, recebido
61 78%. Receita e Arrecadação do Ministério Público Patronal e Segurado: Receita Patronal
62 R\$ 5.594.764,39, Arrecadação Patronal R\$ 4.380.502,12, recebido patronal 78%; Receita
63 Segurado R\$ 5.496.887,17, Arrecadação Segurado R\$ 4.281.985,77, recebido segurado
64 78%. Receita e Arrecadação do Poder Executivo: Total: Receita R\$ 232.302.244,06,
65 Arrecadação R\$ 67.642.260,41, Saldo devedor R\$ 164.659.983,65, recebido 29%.
66 Receita e Arrecadação do Poder Executivo Patronal e Segurado: Receita Patronal R\$
67 121.200.891,33, Arrecadação Patronal R\$ 39.411.942,08, recebido patronal 33%.
68 Receita Segurado R\$ 111.101.352,73, Arrecadação Segurado R\$ 28.230.318,33,
69 recebido segurado 25%. Receita e Arrecadação do Militar: Total: Receita R\$
70 61.641.526,27, Arrecadação 0 (zero), Saldo devedor R\$ 61.641.526,27, recebido 0 (zero).
71 Receita e Arrecadação do Militar Patronal e Segurado: Receita Patronal R\$
72 32.160.796,31, Arrecadação Patronal 0 (zero), Saldo devedor R\$ 61.641.526,27,
73 recebido 0 (zero). Receita Segurado R\$ 29.480.729,96, Arrecadação Segurado 0 (zero),
74 Saldo devedor R\$ 29.480.729,96, recebido 0 (zero). O Diretor informou que a Dívida
75 Previdenciária do Plano Financeiro é de R\$ 399.269.028,43, e no Plano Previdenciário é
76 de R\$ 340.373.915,07. Ato contínuo, apresentou o resumo geral do valor devido pelo
77 Poder Executivo no Total de R\$ 739.642.943,50, dividido em: Patronal Dívida – PF R\$
78 144.006.475,31, Patronal Dívida – PP R\$ 129.085.354,85, Patronal Atualizado – PF+PP
79 R\$ 23.382.412,99; Segurado Dívida – PF R\$ 214.256.828,53, Segurado Dívida – PP R\$
80 178.302.066,17, Segurado Atualizado – PF+PP R\$ 50.609.805,65. Parcelamento
81 Previdenciário da Assembleia Legislativa, total geral do parcelamento é de R\$
82 19.338.128,15, dividido em: Segurado – Parcelas pagas/compensadas R\$ 713.726,46,
83 Segurado – Parcelas a pagar R\$ 7.216.569,89; Patronal – Parcelas pagas/compensadas
84 R\$ 1.026.704,88, Patronal – Parcelas a pagar R\$ 10.381.126,92. Parcelamento
85 Previdenciário do Tribunal de Justiça, total geral do parcelamento é de R\$ 39.614.690,69,
86 dividido em: Segurado – Parcelas pagas/compensadas R\$ 18.637.995,09, Segurado –
87 Parcelas a pagar R\$ 980.947,16; Patronal – Parcelas pagas/compensadas R\$
88 7.633.104,84, Patronal – Parcelas a pagar R\$ 12.362.643,60. Parcelamento
89 Previdenciário do Poder Executivo, total geral do parcelamento é de R\$
90 2.085.132.251,51, dividido em: Patronal R\$ 1.306.293.691,26, Segurado R\$
91 745.549.515,68, CAIS R\$ 25.101.021,51, Post Mortem R\$ 629.087,33 e Aluguéis R\$
92 7.558.935,73. Parcelamento Previdenciário do Poder Executivo posição das parcelas –
93 maio/2018 a dezembro/2019, Total de R\$ 268.291.710,94, dividido em: 10 parcelas
94 pagas/compensadas R\$ 125.009.220,80, 08 parcelas não repassadas até 31/10/2019 R\$
95 100.007.376,64, atualização das 08 parcelas até 31/10/2019 R\$ 18.273.269,34, parcelas
96 de novembro e dezembro/2019 a vencer R\$ 25.001.844,16. O Diretor demonstrou como
97 foi realizada a compensação. Compensação dos Benefícios Temporários no total de R\$
98 26.668.702,84, divididos em: SEAD Patronal – PF R\$ 7.408.968,92, SEAD Patronal – PP
99 R\$ 7.125.646,21, SEED Patronal – PF R\$ 4.250.943,31, SEED Patronal – PP R\$
100 2.063.668,06, SESA Patronal – PF R\$ 2.876.506,57 e SESA Patronal – PP R\$
101 2.942.969,77. O Diretor Diego, finalizou sua apresentação demonstrando o resumo dos
102 valores devidos pelo Governo do Estado do Amapá da seguinte forma: Patronal: SEFAZ
103 (PF) R\$ 63.559.803,29 (PP) R\$ 59.612.332,08; SEED (PF) R\$ 23.751.762,28 (PP) R\$
104 24.322.927,81; SESA (PF) R\$ 28.576.210,53 (PP) R\$ 23.125.728,91; Militar (PF) R\$

105 40.723.900,04 (PP) R\$ 32.801.578,2; POST MORTEM (PF) R\$ 293.608,00. Segurado:
 106 SEFAZ (PF) R\$ 110.399.504,67 (PP) R\$ 86.197.835,15; SEED (PF) R\$
 107 28.913.672,78 (PP) R\$ 33.096.499,28; SESA (PF) R\$ 48.206.292,17 (PP) R\$
 108 39.422.171,58; Militar (PF) R\$ 55.137.882,67 (PP) R\$ 41.794.842,05. Total Patronal de
 109 R\$ 296.767.851,15, Segurado R\$ 443.168.700,35. Total da Dívida Corrente é de R\$
 110 739.936.551,50, total das parcelas em atraso do parcelamento é de R\$ 118.280.645,98,
 111 total geral devido pelo GEA é de R\$ 858.217.197,48. Durante sua apresentação o Diretor
 112 da DIFAT, Diego Campos, prestou esclarecimentos aos Conselheiros. O Presidente
 113 informou, que os valores apresentados irão ser mensalmente atualizados e
 114 disponibilizados a todos os Conselheiros. **ITEM - 5 - INFORMAÇÕES CONCERNENTES**
 115 **A REUNIÃO ENTRE A AMAPÁ PREVIDÊNCIA E O MINISTÉRIO PÚBLICO**
 116 **REFERENTE A DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA:** O Presidente passou a palavra ao
 117 Secretário da SEPLAN, **Eduardo Corrêa Tavares**, o qual falou que sua presença nesta
 118 reunião tem um único objeto, que é falar sobre a dívida do Poder Executivo com a
 119 AMPREV, e informar o que o Governo está fazendo em relação a esse contexto, e quais
 120 são os próximos passos e perspectivas que se tem nesse cenário. O Secretário falou que
 121 irá abordar cinco pontos: um pouco em relação a crise, as medidas que estão sendo
 122 adotadas especificamente ao PEF, PAF e alongamento, a reunião com o Ministério
 123 Público, a questão do déficit particular que o Secretário Josenildo irá adicionar algumas
 124 informações mais específicas, e a decisão do STF, que tem tudo a ver com que está
 125 sendo discutido hoje. Quanto a crise fiscal, o Secretário falou quando se vê os gráficos e
 126 demonstrativos do déficit do Poder Executivo, principalmente com relação aos demais
 127 Poderes a impressão muitas vezes, principalmente para quem não conhece a matéria,
 128 para quem começou o mandato de Conselheiro agora, podem estar achando que o
 129 Executivo está simplesmente se recusando a apagar ou não está fazendo nada, o que é
 130 exatamente o oposto, hoje no âmbito do Brasil se tem Estados como Minas Gerais em
 131 que o déficit previdenciário é de 18 bilhões ano, e que o aporte de Estados como São
 132 Paulo e Rio de Janeiro é especificamente computado como contribuição, mas na verdade
 133 é o Tesouro pagando a folha do inativo, nenhum Estado praticamente está fazendo aporte
 134 novo nos seus Institutos de previdência, o que os Estado estão fazendo é pagando a folha
 135 do inativo com recurso do Tesouro e contabilizando como contribuição, porque cai no
 136 caixa do fundo de previdência e é utilizado para pagamento da folha do inativo. Se forem
 137 estudar os balanços da maioria dos Estados, hoje só se tem quatro Estados que não tem
 138 déficit previdenciário, ou seja, o Tesouro ainda não paga a folha do inativo, são Tocantins,
 139 Roraima, Rondônia e Amapá, que são justamente os ex - territórios, ou seja, os Estados
 140 mais novos, com as populações de servidores mais novos, ou seja, um contingente de
 141 inativos ainda reduzidos. Mas temos situações que estão sendo discutidas de forma muito
 142 intensa no âmbito da reforma da previdência, os servidores, e aqui presentes estão os
 143 representantes dos sindicatos que ocupam a cadeira de Conselheiro o que é muito
 144 importante, algo que vem se discutindo a anos, aqui nesse Conselho, primeiro a
 145 insustentabilidade do sistema, quando se analisa o déficit atuarial, por mais que ele possa
 146 ser impreciso, havia a possibilidade de discussão quanto ao montante preciso, essas
 147 discussões de militares, sexo, enfim, aposentadorias especiais, o fato é que há um déficit
 148 atuarial, não precisa ser matemático para identificar isso, porque é o que se vê, em todas
 149 as unidades da federação, na atual ordem constitucional é algo que infelizmente, que é
 150 um embate que se tem internamente nos sindicatos, nas categorias é a resistência de
 151 querer encarar a sustentabilidade do sistema como um todo, hoje se tá no memento de
 152 discussão da previdência do setor público, existe uma PEC paralela tramitando no
 153 Senado e vai chegar na Câmara para discutir, e os Conselheiros podem ter certeza que
 154 se esse Conselho também não começar a discutir apoiado em alguma forma, vai se
 155 perder o bonde e vai enfrentar o que os outros Estados estão enfrentando hoje, daqui a
 156 15 ou 20 anos, dependendo da velocidade das inatividades. O Secretário falou ainda, das

157 ações que o Estado está fazendo nesse contexto, que além das agendas nacionais, o
158 Estado está aderindo ao Programa de Ajuste Fiscal e ao Programa de Equilíbrio Fiscal,
159 que são dois programas do Governo Federal. O Programa de Ajuste Fiscal, estabelece
160 metas em relação a execução orçamentária e financeira do Executivo particularmente,
161 mas os Poderes também estão envolvidos, principalmente na questão de gastos com
162 pessoal, estabelece metas vinculadas ao planejamento, enfim, é um sistema mais
163 rigoroso do que o atual que o Estado tem, que é um sistema quase que exclusivamente
164 de prestação de contas ao TCE, é um regime mais restrito, que é condição para se fazer
165 alongamento da dívida. O outro programa chamado de plano mansueto, é o Programa de
166 Equilíbrio Fiscal, que visa justamente pegar a dívida dos Estados e alongar. Se o Estado
167 paga R\$ 100 milhões por ano de dívida, incluindo previdência, tem Estado que paga um
168 bilhão, cada Estado tem um tamanho de serviço de dívida, a ideia é pegar pelo menos e
169 reduzir isso a 50% ou 30%, criar um fluxo de caixa no Tesouro Estadual e alongar essa
170 dívida que hoje por exemplo, está para vencer a 10 ou 15 anos e jogar ela para 30 ou 40
171 anos, ou seja, alongar a dívida condicionada a contrapartida de ajuste fiscal nos Estados,
172 então o Amapá, como mais de 20 unidades federadas hoje estão na fila do STN para
173 estruturar os programas de equilíbrio fiscal dentro desse plano mansueto que vão
174 estabelecer o seguinte: vai ser alongado a dívida com a CEA, com o BNDES, e as demais
175 dívidas contratuais do Estado vão ser alongadas também, e como contrapartida o Estado
176 vai ter que fazer reforma previdenciária, ajuste fiscal, e várias outras medidas para poder
177 equilibrar a sua execução orçamentária e fiscal e recolocar despesas obrigatórias que
178 hoje os Estados não estão pagando, como as contribuições correntes para os Institutos
179 de Previdência, essas ações são requisitos para a execução do plano de alongamento.
180 O Estado do Amapá começou em agosto com as tratativas com o STN, semana passada
181 o Estado estava negociando para fisco 2 no BID, na STN e PGFN e fazendo a segunda
182 rodada, ainda esse ano, deve-se montar um plano de alongamento para segundo
183 expectativa do Ministério da Economia a liberação desse plano mansueto ser ainda esse
184 ano, e iniciar 2020 já com algumas agendas de negociação de consolidação da dívida e
185 agendas de contrapartidas. Com relação a reunião com o Ministério Público que
186 aconteceu no dia 23 de outubro de ano corrente, mas até para contextualizar a questão
187 da cobrança da AMPREV, à AMPREV não está parada nem o Ministério o Público está
188 parado, existem procedimentos instaurados justamente para apurar essa questão. A
189 dívida com a previdência para o gestor público não é só uma questão de inadimplência é
190 uma questão de responsabilidade fiscal, é uma questão de responsabilidade do próprio
191 gestor, são temas seríssimos, sustentabilidade fiscal a uma serie de legislações não só
192 previdenciária, mais civis, penais que estão relacionadas ao tema, e na reunião do
193 Ministério Público, o Governo reuniu e mostrou os números, falou da questão, do plano
194 de ajuste fiscal, do plano de equilíbrio fiscal e do planejamento do Estado para destinar
195 boa parte dos recursos da cessão onerosa que estão previstos para ainda esse ano,
196 decorrentes dos leilões do Pré-sal realizados pelo Ministério da Economia junto com o
197 Ministério da Infraestrutura e Minas e Energia, uma parte o Estado vai receber, através
198 do FPE, e boa parte disso vai ser destinada a regularização do parcelamento. Por que o
199 Executivo está focando no parcelamento? Porque o parcelamento foi uma vitória muito
200 grande, inclusive com uma grande contribuição deste Conselho, e é um instrumento muito
201 importante, ele garante por exemplo, que no caso de inadimplência seja descontado do
202 FPE. Isso o Secretário irá explicar porque não está acontecendo. Ato continuo, esclareceu
203 que esses descontos não aconteceram, em razão de uma decisão do STF, mas que, tão
204 logo seja celebrado esse alongamento, que é o plano de equilíbrio fiscal, esse
205 impedimento de desconto vai ser levantado, por essa razão o Governo está focando no
206 parcelamento, porque o corrente ainda se pode discutir, e é o que está sendo conversado
207 com o Conselho, é o que vai ser inserido no fluxo de caixa do Estado, a médio e longo
208 prazo junto com o alongamento, mas o parcelamento é algo imprescindível para se

209 manter vivo, pois é uma vitória importante, é algo que se trabalhou muito, para
210 estabelecer todo esse rigor na lei, e a maioria dos Estado não tem essa previsão, mas o
211 GEA fez questão de colocar, é uma vitória importante para os servidores, por essa razão
212 que o foco principal do Poder Executivo é o restabelecimento da regularidade do
213 parcelamento. A questão do déficit é muito clara, não se trata de uma questão de um só
214 governador, quando se vai ver no parcelamento do Poder Executivo desses dois bilhões
215 que foram parcelados em 200 vezes, pode se observar que todos os governadores da
216 história do Amapá, desde da época do Comandante Barcelos tem dívida consolidada lá
217 dentro, desses dois bilhões, não tem nenhum governador que não tenha pendências, que
218 tão inseridas nesses dois bilhões, os controles e os órgão de controles foram evoluindo,
219 por isso a importância desse parcelamento de dois bilhões dividido em 200 vezes, ser tão
220 protegido, e ser a prioridade do Governo de regularidade. Primeiro, foi um parcelamento
221 que foi estimulado, ele é a maior parte da dívida, o atual Governo por exemplo, não vai
222 terminar com déficit corrente tão relevante como esse parcelamento, e é o primeiro passo
223 que se tem que dar para inserir a previdência de forma definitiva no fluxo de caixa do
224 Estado. Qual foi a estratégia do Poder Executivo discutida com os demais Poderes no
225 Conselho Estadual de Gestão Fiscal, concentrar o déficit das contas públicas no Poder
226 Executivo, justamente porque é o Poder que vai ser o primeiro a ter, por exemplo, uma
227 retomada de economia, o incremento das receitas próprias ou de transferências, e vai ser
228 o Poder que vai se endividar para fazer alongamento, para melhor fluxo de caixa, enfim,
229 é o Poder que tem essa tarefa. E qual foi essa estratégia discutida no Conselho Estadual
230 de Gestão Fiscal, que já foi uma coisa que o Secretário Eduardo trouxe algumas vezes
231 para o CEP em quanto Conselheiro, basicamente a estratégia foi que, desses R\$ 340
232 milhões que estariam previstos para o GEA arrecadar esse ano, de acordo com os
233 gráficos apresentados pela AMPREV, entrou R\$ 107 milhões, por que entrou R\$ 107
234 milhões? Porque no âmbito do Conselho Estadual de Gestão Fiscal, foi estabelecido que
235 o déficit ficaria concentrado no Poder Executivo, significando que, todos os demais
236 Poderes teriam garantida a disponibilidade integral para contribuir pelo seguro e
237 patronal para AMPREV, para que pudesse ter um fluxo positivo, ou seja, ainda que o
238 Executivo tivesse nessa crise toda, foi estabelecida como garantia, que os demais
239 Poderes continuariam contribuindo para AMPREV, para que não estagnasse a evolução
240 do fundo e continuasse crescendo e rendendo muito bem, graças a gestão muito zelosa
241 do Comitê de Investimentos e do próprio CEP. Essa estratégia está descrita de forma
242 muito clara na ata da reunião do Conselho Estadual de Gestão Fiscal, que aconteceu em
243 26 de abril de 2018. Depois dessa data, não tem nenhum Poder que tenha justificativa
244 para inadimplência, salvo em algumas situações extraordinárias que necessariamente
245 terá que ser levada para o Conselho Estadual de Gestão Fiscal sob pena de
246 descumprimento de tudo que já foi estabelecido. O Secretário Eduardo informou que, o
247 GEA começou o início do ano com o Comitê de Controle e Qualificação dos Gastos, e foi
248 cortado mais de 400 cargos, isso agravou diretamente o nível de desemprego, primeiro
249 porque, os cargos que foram demitidos, e os mais de 400 contratos que foram demitidos
250 também, acabaram gerando um desemprego multiplicado, que não eram só mil pessoas
251 que estavam procurando emprego, era a família inteira que muitas vezes estavam sendo
252 sustentada, as vezes o marido e a mulher trabalhavam e os dois passaram a procurar
253 emprego, então o índice de desemprego no Amapá que já era alto, pulou no começo do
254 semestre para quase 20%, o Estado chegou a ser o primeiro no País, agora com uma
255 leve retomada da economia o GEA retomou pra um pouco abaixo de 16% a 15%. Mas
256 só para esclarecer a importância que tem e qual a dificuldade do Poder Executivo de fazer
257 ajuste fiscal, deu um exemplo, a folha que é o principal elemento de despesa, sem
258 comprometer a economia, quando se reduz esse elemento, reduz o comércio, a
259 arrecadação, enfim, tem um efeito multiplicador bem grande. Finalizando o Secretário
260 falou sobre o último ponto, que é a questão da decisão do STF. O Estado já vinha

261 buscando alongamento desde o ano passado com o Governo Federal, e nas eleições
262 houve uma ruptura muito grande, uma mudança do grupo da Presidência da República,
263 com todas as particularidades que isso significou, mas o Ministro Paulo Guedes desde o
264 início vem prometendo alongamento e um plano de socorro fiscal para os Estados. Entrou
265 janeiro Fórum de Governadores, Ministro Paulo Guedes, "Presidente vai acontecer, calma
266 fiquem tranquilos", março, Pará, Mato Grosso e mais cinco Estados pediram adesão ao
267 regime de recuperação fiscal que é o regime que foi aplicado para o Rio de Janeiro, que
268 é um Estado que está falido, ou seja, e um regime extremamente drástico, que permite
269 inclusive suspensão de pagamento de dívida por três anos, leilão de restos a pagar, uma
270 série de situações, proíbe concurso, proíbe reestruturação de cargos, é um regime com
271 um reajuste fiscal extremamente ácido, mas os Estados entraram pedindo porque não
272 estava vindo socorro, Governo Federal "calma vai sair", junho nada, em julho teve uma
273 frustração de quase 40 mil no FPA, aí o Estado do Amapá também entrou pedindo, e como
274 foi feito em Goiás, Minas Gerais e alguns Estados, o Amapá entrou no STF e teve a liminar
275 concedida, que garantiu a suspensão das contra garantias relacionadas a todo e qualquer
276 repasse da União para o Estado, ou seja, qualquer repasse que hoje o Estado do Amapá
277 recebe da União FPE, qualquer repasse está blindado, não pode ser bloqueado para
278 pagamento de dívida, isso é basicamente o que a decisão do STF permite, só que ela
279 não é uma decisão com prazo indefinido, é uma decisão específica para se manter essa
280 suspensão até a celebração do alongamento, por essa razão o Secretário destacou o
281 PAF e PEF, porque com esses Planos o Governo alonga a dívida e suspende a garantia
282 e por conta disso também irá se priorizar o parcelamento, porque na medida que se
283 suspende a eficácia da decisão do STF, todas essas parcelas passam a ser exigíveis. O
284 Secretário Eduardo falou que o Doutor Bonilla e o Secretário Josenildo podem explicar
285 melhor, mas bloquear 8 parcelas do FPE é basicamente ficar um mês, um mês e meio
286 com o FPE totalmente destinado ao pagamento do parcelamento da AMPREV. Ato
287 contínuo, o Secretário Eduardo passou a palavra ao Secretário da SEFAZ, Josenildo
288 Abrantes e ao Subprocurador-Geral Adjunto, Diego Bonilla para fazerem os últimos
289 esclarecimentos. O Secretário Josenildo, falou que o Estado não está pagando a
290 previdência, não porque não quer, mas sim pela dificuldade realmente do fluxo de caixa
291 que pode comprometer uma série de outros pagamentos que causam prejuízos ao
292 Estado. Falou ainda, que a folha do GEA hoje, a bruta, corresponde à R\$ 217 milhões de
293 reais, deu como exemplo o mês de maio que é o mês de melhor receita R\$ 215 milhões,
294 significa que, desse ano no mês de melhor receita se fosse pagar a folha, ainda teria um
295 déficit de 1 milhão de reais, e nesse mês se pagasse toda folha, significaria que o GEA
296 não teria feito repasse aos demais Poderes, e não teria se quer cumprido com os demais
297 pagamentos das despesas essenciais, como: merenda escolar, transporte escolar,
298 reposição de insumos e remédios para saúde e outros. Falou também, que o Estado está
299 fazendo o que permite fazer para evitar um caos maior, o GEA está trabalhando na
300 maioria das vezes com o pagamento da folha líquida, o Estado do Amapá, é um estado
301 que a economia infelizmente ainda funciona 80% com a economia do contracheque, tudo
302 gira em torno do pagamento do Governo, então se deixar de pagar a folha, vai se criar
303 um caos muito grande no Estado do Amapá, as empresas vão quebrar, todo mundo vai
304 perder. Esclareceu ainda, que trabalhando com o pagamento da folha líquida, pegando
305 apenas um mês das despesas para exemplificar, se fosse ter que trabalhar com essencial
306 do essencial precisaria ter R\$ 270 milhões, ainda sim teria um déficit considerado, o
307 melhor mês de receita que é R\$ 215 milhões de R\$ 55 milhões de reais. O Secretário
308 Josenildo, ratificou as colocações do Secretário Eduardo e ressaltou que apresentou
309 esses dados para mostrar que muitas vezes podem pensar, quem não tem conhecimento
310 de causa, que o GEA tem receita, sem conhecer o que o Estado enfrenta de despesas
311 para pagar, pensa que o Estado não paga porque não quer, não se trata disso, não se
312 paga porque realmente não tem disponibilidade no fluxo de caixa, aí tem que se fazer

313 opção de pagar pensando sempre no essencial do essencial, porque tem a opção de
 314 pagar a folha líquida, porque tem que garantir pelo menos o salário do servidor para que
 315 ele consiga dar o sustento de sua família. O Conselheiro **Paulo Vaz**, perguntou se o GEA
 316 está descontado a contribuição do servidor? O Secretário Josenildo, respondeu que sim.
 317 O Conselheiro Paulo perguntou porque não foi repassado diretamente do servidor 100%?
 318 O Secretário falou que fez uma comparação da folha bruta que da R\$ 217 milhões e o
 319 melhor mês de receita que da R\$ 215 milhões, é se fosse pagar essa folha, todas as
 320 outras despesas do Governo não seriam pagas. E o pagamento do patronal, e que a
 321 própria AMPREV está pegando os créditos dos benefícios e compensando no patronal,
 322 por essa razão o valor do patronal está menor que o do segurado. Alguns pagamentos
 323 de segurados, estão sendo feito pela fonte FUNDEB, que ao contrário do Tesouro ela tem
 324 recurso diferente para pagar a AMPREV, e está sobrando recurso, diferente do Tesouro.
 325 O Subprocurador-Geral Adjunto, Diego Bonilla fez alguns esclarecimentos quanto a
 326 decisão do STF, ressaltando que a AMPREV não figura como parte no processo, mas
 327 que se trata de medida relacionadas a dívidas com a União, no qual o STF concedeu
 328 liminar favorável ao Estado do Amapá. O Conselheiro **Mauro Fernando** falou que foi
 329 aprovado a lei da cessão onerosa nº 13885/2019, que trata exclusivamente sobre essa
 330 divisão dos repasses para os Estados decorrentes dessa arrecadação, e analisando o
 331 §1º do artigo 1º, fala que os Estados e Distrito Federal vão destinar os recursos
 332 exclusivamente, para pagamento de dois tipos de despesas: a primeira são despesas
 333 previdenciárias, e a segunda são para os investimentos. O Conselheiro fez a leitura do §
 334 2º do artigo 1º da referida lei. "A utilização dos recursos de que trata o **caput** deste artigo nas
 335 despesas previstas no inciso II do § 1º deste artigo pelos Estados e pelo Distrito Federal fica
 336 condicionada à criação de reserva financeira específica para pagamento das despesas de que
 337 tratam as alíneas *a* e *b* do inciso I do § 1º deste artigo, vincendas até o exercício financeiro do ano
 338 subsequente ao ano da transferência de recursos pela União". O Conselheiro Mauro falou que
 339 no seu entender, se o recurso for passado esse ano, esse repasse tem que garantir no
 340 mínimo as despesas vincendas até o final do ano que vem, mesmo que se fale em
 341 parcelamento. Tendo esse entendimento, o valor que irá ser repassado na média de R\$
 342 220 milhões, que aproximadamente o Secretário da Fazenda colocou, podendo ser maior
 343 ou menor, mesmo que seja para garantir apenas o parcelamento, só até o final do ano
 344 que vem, já cobre em muito esses R\$ 220 milhões, e quando se colocou pela fala do
 345 Secretário Eduardo que esse repasse será apenas em parte para cobrir essas despesas,
 346 não vai estar infligindo nesses dispositivos legais? Saliou que este recurso deverá ser
 347 exclusivamente para essas despesas, e só pode gastar com investimentos se sobrar
 348 dinheiro, levando em consideração os vencimentos até o final do ano subsequente ao
 349 repasse. O Conselheiro pediu esclarecimentos do Subprocurador-Geral Adjunto, Diego
 350 Bonilla. O Subprocurador-Geral Adjunto, Diego Bonilla esclareceu que haverá o repasse
 351 dos valores oriundos do leilão do Pré-sal, e será uma forma de combater essa
 352 problemática, as despesas foram detalhadas, matematicamente demonstradas, o Estado
 353 em momento algum se nega a pagar, mas ele está demonstrando uma realidade que hoje
 354 foi impossível, então diante desta conjuntura, não restou outra forma além de ser
 355 transparente. Porque isso foi demonstrado em uma reunião com o Ministério Público? Na
 356 verdade, foi uma reunião cujo a ata foi lavrada pelo Ministério Público, mas foi feita no
 357 chamado Comitê Gestor da Crise, onde o Poder Executivo demonstrou aos demais
 358 Poderes que estava vivenciando uma realidade de dificuldade para manter os repasses,
 359 o e Poder Executivo já havia assumido o ônus, ele disse "vou repassar a vocês, inclusive
 360 valores menores que os anos pretéritos para que vocês continuem repassando a
 361 AMPREV", o Poder Executivo assumiu um ônus e hoje está demonstrando que esse ônus
 362 está sendo pesado demais, o que não significa que os valores não devam ser pagos e
 363 que os repasses não serão realizados, isso é o que chamamos da teoria da reserva do
 364 possível, se é impossível pagar não pagamos, demonstrando a situação e a partir daqui

























365 será construído uma outra solução. O Subprocurador-Geral Adjunto, Diego falou que não
 366 pode só com base nesse parágrafo afirmar que é impossível realizar esse pagamento,
 367 tem que analisar essa legislação junto com toda uma conjuntura. Ato contínuo, os
 368 Secretários Eduardo Tavares, Josenildo Abrantes, João Bitencourt e o Subprocurador-
 369 Geral Adjunto, Diego Bonilla, prestaram esclarecimentos aos Conselheiros do CEP. Nada
 370 mais havendo, o Presidente agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a
 371 reunião às dezessete horas e cinquenta minutos, e para constar eu, **Lusiane Oliveira**
 372 **Flexa**, Secretária, lavrei a presente ata, que lida e conferida será assinada pelos
 373 Conselheiros presentes. Macapá, Amapá, dezoito de novembro de dois mil e dezenove.

374
 375 **PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO**
 376 **AMAPÁ – CEP/AP**

377
 378 Rubens Belnimeque de Souza: _____

379
 380 **VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO**
 381 **AMAPÁ – CEP/AP**
 382 **REPRESENTANTE DOS SERVIDORES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

383
 384 Lindoval Queiroz Alcântara: _____

385
 386 **REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO**

387
 388 Titular: Suelem Amoras Távora Furtado: _____

389
 390 Titular: Carlos Luiz Pereira Marques: _____

391
 392 Titular: Meryan Gomes Flexa: _____

393
 394 **REPRESENTANTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

395
 396 Titular: Mário Gurtyev de Queiroz: _____

397
 398 **REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

399
 400 Titular: Joryosvaldo Queiroz Oeiras: _____

401
 402 **REPRESENTANTE DO TRIBUNAL DE CONTAS**

403
 404 Titular: Carla Ferreira Chagas: _____

405
 406 **REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

407
 408 Titular: Horácio Luís Bezerra Coutinho: _____

409
 410 **REPRESENTANTE DOS SERVIDORES CIVIS ATIVOS PODER EXECUTIVO**

411
 412 Titular: Mauro Fernando Parente de Oliveira: _____

413
 414 **REPRESENTANTE DOS SERVIDORES CIVIS INATIVOS**

415
 416 Titular: Edílson Pereira Marques: _____

417
 418 **REPRESENTANTE DOS MILITARES ATIVOS**

419
 420 Titular: Helielson do Amaral Machado: _____

421
 422 **REPRESENTANTE DOS MILITARES INATIVOS**

423 Titular: Micherlon Mendonça dos Santos: _____

424

425 **REPRESENTANTE DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO**

426

427 Titular: José Casemiro de Souza Neto: _____

428

429 **REPRESENTANTE DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS**

430

431 Titular: Paulo de Santana Vaz: _____

432

433 **REPRESENTANTE DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

434

435 Titular: William Tavares da Silva: _____

436

437 **SECRETÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO**
438 **AMAPÁ – CEP/AP**

439

440 Lusiane Oliveira Flexa: _____